

## Direito na Europa: UE aceita restrições à advocacia na Itália



ALINE PINHEIRO  
Correspondente  
na Europa da  
Consultor Jurídico

Na Itália, um advogado tem de ser, exclusivamente, advogado e profissional liberal.

Caso contrário, perde o registro na Ordem dos Advogados. A restrição à advocacia italiana foi validada na semana passada pelo Tribunal de Justiça da União Europeia. A corte considerou que a lei que impede um advogado de ser funcionário público não viola o Direito Comunitário. Aproveitou e falou que a restrição pode se estender para o advogado que trabalha como assalariado de outra empresa. Em ambos os casos, ou deixa o salário certo todo mês ou perde a carteira da Ordem. *Clique [aqui](#) para ler a decisão.*

### Mãos aos céus 1

Quem gostou da decisão europeia foi o *Consiglio Nazionale Forense*, a OAB italiana. A entidade, prontamente, soltou uma nota aplaudindo o julgamento e lembrando o quão importante para o interesse público são a autonomia e independência dos defensores.

### Mãos aos céus 2

Vale lembrar que a decisão do Tribunal de Justiça da UE chegou em um momento crítico para a advocacia na Itália. Tramita no Congresso um projeto de lei que reformula a profissão do advogado. No Senado, onde a proposta já foi votada e aprovada, chegaram a ensaiar retirar a incompatibilidade entre ser assalariado e advogado, mas o lobby da advocacia falou mais alto. O projeto agora aguarda que a Câmara dos Deputados desenrole a crise política que pode derrubar o primeiro-ministro, Silvio Berlusconi, e retome as atividades legislativas.

### Crônica trabalhista

Quatro espanhóis, depois de ajuizarem uma série de processos contra a empresa onde trabalhavam, resolveram formar uma organização sindical e ousaram. Quem depôs na Justiça a favor da empresa foi premiado com uma caricatura no boletim sindical. Detalhe: na sátira, os premiados apareciam fazendo favores sexuais a um diretor da empresa. Os quatro autores da gracinha foram demitidos e, agora, aguardam a Corte Europeia de Direitos Humanos decidir se a liberdade de expressão deles foi violada.



---

As audiências no tribunal começam na quarta-feira (8/12).

## **Desobediência coletiva**

Um representante da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa reclamou que está aumentando o número de países que desrespeitam as decisões da Corte Europeia de Direitos Humanos. Ele usou como exemplo a recente decisão de autoridades da Albânia de extraditar um acusado para os Estados Unidos, mesmo depois de a corte ter proibido a extradição. O assunto vai ser debatido pela Assembleia em janeiro e, de acordo com o representante, vem chumbo por aí.

## **Igualdade no trabalho**

A Comissão Europeia arquivou procedimentos disciplinares contra a Alemanha, Eslovênia, Lituânia e Letônia. O órgão da UE apurava se os quatro países ainda não tinham aplicado medidas para acabar com a discriminação sexual no trabalho. Com as informações prestadas por cada um dos Estados, a Comissão considerou que os quatro já tomaram medidas adequadas para implementar a diretiva europeia que trata da igualdade entre os sexos.

## **Abuso de poder**

A Google não teve a mesma sorte. A Comissão Europeia abriu – e mantém – inquérito contra a gigante americana por abuso de posição dominante no setor de buscas virtuais. A empresa já respondeu que está disposta a colaborar.

## **Justiça sem papel**

Ou, pelo menos, com papel a menos. É o que está querendo fazer a Suprema Corte do Reino Unido. Na semana passada, a corte testou um sistema eletrônico de compartilhamento de documentos entre os juízes. A ideia é evitar o desperdício de papel durante as sessões de julgamento. Na audiência piloto, mais de 18 mil páginas foram escaneadas e compartilhadas pelo computador. De acordo com a assessoria de imprensa do tribunal, se isso for feito em todo julgamento, vai ser economizado mais de um milhão de folhas de papel. As árvores agradecem.

## **Tesoura na Justiça**

Dias depois de comemorar a aprovação do orçamento para 2010, o governo português vai levar para o Parlamento votar a sua proposta de alteração tanto do Estatuto dos Magistrados Judiciais como do Ministério Público. A ideia é, mexendo aqui, tributando ali, fazer com que o Judiciário dê a sua participação para diminuir o déficit português. De acordo com jornais locais, com cortes nos salários de juízes – que não desfrutam de proteção constitucional – e mudanças em tributação, o governo quer poupar 28 milhões de euros. Resta, agora, ver se os parlamentares aprovam.



## Proteção do lar

O Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia, na Holanda, continua determinado a prender e julgar o presidente do Sudão, Omar Al-Bashir. Diante da anunciada visita que Bashir faria à República Centro-Africana, o tribunal solicitou ao país que tomasse todas as medidas para prender o sudanês. A pressão na solicitação está implícita e explícita: a República Centro-Africana é signatária do Estatuto de Roma, que criou o tribunal, e, por isso, é obrigada a colaborar. Até agora, no entanto, Omar Al-Bashir não deu as caras por lá. É mais seguro ficar no Sudão.

## Conflitos na África

O Congo terá de pagar indenização para a República da Guiné por prender e expulsar ilegalmente um empresário da Guiné. A irregularidade congoleza foi identificada pela Corte Internacional de Justiça, também na holandesa Haia, na semana passada. Agora, os dois países precisam chegar a um acordo sobre o valor da compensação. Se em seis meses não definirem, o montante será fixado pela corte. *[Clique aqui](#) para ler a decisão em inglês.*